FALE COM A GENTE!
Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

"A dragagem é uma intervenção humana contínua contra a ação da natureza. Qualquer dia em que o homem não esteja atuando, a natureza está".

Sérgio Aquino, presidente da Fenop

PORTO & MAR

Draga ficará mais 20 dias parada no Porto

Codesp garante que interrupção na dragagem não afetará as condições de navegação no estuário. Empresários temem reflexos

RANDY RIBAS

Draga contratada pela Companhia Docas passa por manutenção no cais do Armazém 33, na Margem Direita

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A dragagem do canal de navegação do Porto de Santos ficará paralisada por, pelo menos, mais 20 dias. Esta é a previsão do tempo necessário para a manutenção da draga, segundo a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Enquanto isso, a iniciativa privada teme o risco de assoreamento (deposição de sedimentos), da redução do calado operacional e de mais prejuízos aos usuários do complexo santista.

A Docas renovou o contrato com a Dragabras Serviços de Dragagem na semana passada. No entanto, conforme informado por *A Tribuna*, a draga *Pearl River* está inoperante há 15 dias e segue atracada no cais do Armazém 33, no Macuco, para manutenção.

A informação foi revelada ao Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) durante reunião nesta semana. O presidente da entidade, João Almeida, confirmou que serão mais 20 dias de paralisação da obra.

"A princípio, segundo eles, essa interrupção não deve trazer impactos porque a dragagem estava razoavelmente sob controle", destacou o executivo que representa os terminais do cais santista.

Mas, para o presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, a paralisação será muito extensa. "É preciso lembrar que nós temos um porto estuarino, em que a dragagem é uma intervenção humana contínua contra a ação da natureza. Qualquer dia em que o homem não esteja atuando, a natureza está", afirmou.

Para o executivo, a questão é ainda pior tendo em vista as últimas reduções de calado por conta do assoreamento. "Se a profundidade fosse excedente, a dragagem um mês parada não seria preocupante, mas não há nem a profundidade de projeto, que é de 15 metros".

Mesmo assim, Aquino destaca os esforços da Autoridade Portuária em manter a contratação da obra. "É importante destacar o esforço da Codesp em garantir a dragagem, que é um serviço de responsabilidade do Governo Federal", destacou.

Já o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, teme uma nova redução de calado no Porto. "A nossa imagem está desacreditada. O importador e o exportador não têm segurança para cumprir prazos. Enquanto outros portos comemoram avanços, aqui lamentamos".

Por outro lado, o diretor de Engenharia da Codesp, Hilário Gurjão, acredita que não há risco de perda do calado, apesar do assoreamento constante. Segundo ele, isto acontece porque houve um planejamento e não há o que temer. "A manutenção foi planejada para um período em que a deposição de sedimentos é menor. Há uma folga e um mês não vai causar problemas e nem perdas nos ganhos que tivemos anteriormente. Não há chances", destacou.

GARANTIAS E LAMENTOS

CARLOS MOGUEIRA

"A manutenção foi planejada para um período em que a deposição de sedimentos é menor. Há uma folga e um mês não vai causar problemas e nem perdas nos ganhos que tivemos anteriormente. Não há chances".

Hilário Gurjão
diretor da Codesp

RANDY RIBAS

"A nossa imagem está desacreditada. O importador e o exportador (que utilizam o Porto de Santos) não têm segurança para cumprir prazos. Enquanto outros portos comemoram avanços, aqui lamentamos".

José Roque
diretor-executivo do Sindamar

PRIVATIZAÇÃO

O presidente da Fenop lembra a proposta de empresários do Porto de Santos que pedem a privatização da gestão da dragagem do complexo marítimo. "A nossa esperança é que avance este projeto".

Os empresários aguardam a publicação da portaria – a ser emitida pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) – que definirá o grupo de trabalho interministerial responsável pela análise do pedido.

A proposta enviada por esses grupos ao Governo Federal em agosto prevê a criação de um consórcio formado por arrendatários, operadores portuários, terminais privados e, possivelmente, a Autoridade Portuária. A ideia é que a nova empresa tenha como único objetivo garantir a realização contínua e regular da dragagem do Porto. Como remuneração, ela receberia parte da tarifa destinada à manutenção das profundidades do cais santista.